



Diário da Justiça

REPÚBLICA
FEDERATIVA
DO BRASIL

ANO LXV — Nº 84 QUINTA-FEIRA, 3 DE MAIO DE 1990 BRASÍLIA — DF

Sumário

	PÁGINA
SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL.....	3637
TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL.....	3649
SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA	3649
TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO.....	3659
SUPERIOR TRIBUNAL MILITAR	3678
MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO	3679

Supremo Tribunal Federal

Presidência

PORTARIA DE 30 DE ABRIL DE 1990

O PRÉSIDENTE DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL, nos termos do parágrafo único do artigo 3º da Resolução nº 23 de 27 de novembro de 1985, resolve reajustar para Cr\$10.719,25 (dez mil, setecentos e dezenove cruzeiros e vinte e cinco centavos) e para Cr\$2.679,80 (dois mil seiscentos e setenta e nove cruzeiros e oitenta centavos), com vigência a partir de 1º de maio de 1990, as taxas, respectivamente, de ocupação e conservação dos apartamentos do bloco B da Superquadra Sul 313.

MINISTRO JOSÉ NÉRI DA SILVEIRA
Presidente

DISTRIBUIÇÃO

QUADRAGÉSIMA SEXTA AUDIÊNCIA DE DISTRIBUIÇÃO EXTRAORDINÁRIA
REALIZADA EM 27 DE ABRIL DE 1990
(Regimento Interno, art. 66)

Presidência do Exmo. Sr. Ministro Néri da Silveira. Secretário, Alberto Veronese Aguiar, Diretor do Departamento Judiciário. Porteiro, o Sr. Manoel Barbosa da Costa, Auxiliar Especializado.

Foi distribuído o seguinte processo:

AR 1.332-8 - SP
Relator Ministro Sepúlveda Pertence
Autores: Roberto Correale e sua mulher (Adv.: Henrique Fagundes Filho e outro) Réus: Carlos Magalhães Realizações Imobiliárias S/A e outros

Min. Sepúlveda Pertence 01
TOTAL 01

Brasília, 27 de abril de 1990.

ALBERTO VERONESE AGUIAR
Diretor do Departamento Judiciário

DISTRIBUIÇÃO

QUADRAGÉSIMA SÉTIMA AUDIÊNCIA DE DISTRIBUIÇÃO EXTRAORDINÁRIA
REALIZADA EM 30 DE ABRIL DE 1990
(Regimento Interno, art. 66)

Presidência do Exmo. Sr. Ministro Néri da Silveira. Secretário, Alberto Veronese Aguiar, Diretor do Departamento Judiciário. Porteiro, o Sr. Manoel Barbosa da Costa, Auxiliar Especializado.

Foram distribuídos os seguintes processos:

ADIN 273-2 - DF
Relator Ministro Aldir Passarinho
Repte.: Partido Democrático Trabalhista - PDT (Adv.: Jorge Alberto Pillar Bandarra) Reqdo.: Presidente da República

MS 21.098-2 - PA
Relator Ministro Sepúlveda Pertence
Impte.: Associação dos Magistrados do Estado do Pará (Adv.: Judith de Souza Alves) Autoridade coatora: Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Pará

HC 68.087-9 - RO
Relator Ministro Moreira Alves
Pacte.: Vitório Alexandre Abrão. Impte.: Henrique Neves da Silva. Coator: Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia

Min. Moreira Alves 01
Min. Aldir Passarinho 01
Min. Sepúlveda Pertence 01

TOTAL 03

Brasília, 30 de abril de 1990.

ALBERTO VERONESE AGUIAR
Diretor do Departamento Judiciário

Plenário

SESSÃO EXTRAORDINÁRIA

ATA DA 14ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA
REALIZADA EM 26 DE ABRIL DE 1990

Presidência do Sr. Ministro Néri da Silveira. Presentes os Srs. Ministros Moreira Alves, Aldir Passarinho, Sydney Sanches, Célio Borja, Paulo Brossard, Sepúlveda Pertence e Celso de Mello.

Ausente, justificadamente, o Sr. Ministro Octavio Gallotti.
Procurador-Geral da República, o Dr. Aristides Junqueira Alvarenga.

Secretário, o Dr. Hércelus Bonifácio Ferreira.

Abriu-se a sessão às 13:30 horas, sendo lida e aprovada a ata da sessão anterior.

Julgamentos

ADin 258-9 (Medida Liminar) - DF
Rel.: Ministro Aldir Passarinho. Repte.: Associação Nacional das Corretoras-Ancor (Advs.: Roberto Quiroga Mosquera e outros). Reqdo.: Presidente da República.

Decisão: Após o voto do Sr. Ministro-Relator indeferido a medida liminar, o Sr. Ministro Moreira Alves submeteu ao Tribunal questão de ordem entendendo que o pedido de aditamento formulado pela autora em face da conversão da Medida Provisória em lei de veria ser indeferido. O Sr. Ministro-Relator, conhecendo da questão de ordem, não a acolheu; o Sr. Ministro Celso de Mello conheceu da questão de ordem e a acolheu para indeferir o pedido de aditamento, acompanhado pelo Sr. Ministro Sepúlveda Pertence. A seguir, o julgamento foi adiado em virtude do pedido de vista do Sr. Ministro Paulo Brossard. Plenário, 26.04.90.

MS 21.074-5 - DF (Medida Liminar)

Rel.: Ministro Celso de Mello. Impte.: Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras - CRUB (Adv.: Antônio Augusto Junho Anastasia) - Autoridades Coatoras: Presidente da República, Ministros da Saúde, da Educação e da Justiça.

Decisão: Por unanimidade o Tribunal negou provimento ao agravo regimental. Plenário, 26.04.90.

RE 121.533-0 - MG

Rel.: Ministro Sepúlveda Pertence. Recte.: Edgard Alves de Oliveira (Adv.: Waldyr Soares e outros). Recdo.: Tribunal de Justiça Militar de Minas Gerais.

Decisão: O Tribunal, por unanimidade, conheceu do recurso e lhe deu provimento para cassar a imposição da pena acessória de exclusão da Polícia Militar, sem prejuízo de submissão da praça condenada ao processo especial de perda da graduação. Votou o Presidente. Plenário, 26.04.90.

Ag 132.755-3 - SP

Rel.: Ministro Moreira Alves. Agte.: Indústrias J.B. Duarte S/A. (Adv.: Roberto Maia). Agdo.: Estado de São Paulo (Adv.: Eduardo Marcio Mitsui).

Decisão: Após o voto do Sr. Ministro-Relator não conhecendo do Agravo por incompetência do Supremo Tribunal Federal e determinando a remessa dos autos ao Superior Tribunal de Justiça, o julgamento foi adiado em virtude do pedido de vista do Sr. Ministro Celso de Mello. Plenário, 28.09.89. Ausentes, justificadamente, os Srs. Ministro Francisco Rezek e Paulo Brossard.

Decisão: Após os votos dos Srs. Ministros Relator e Celso de Mello que não conheciam do agravo por incompetência do Supremo Tribunal Federal e determinavam a remessa dos autos ao Superior Tribunal de Justiça, o julgamento foi adiado em virtude do pedido de vista do Sr. Ministro Sepúlveda Pertence. Plenário, 26.04.90.

Brasília, 26 de abril de 1990.

HÉRCULUS BONIFÁCIO FERREIRA
Secretário

Departamento Judiciário

Despachos

PROCESSOS DIVERSOS

Pet. SC-STF 6594 (RE 116.917-6 - MG)

Recte: Empresa Santa Maria Ltda. (Adv. Alberto Deodato, Filho Henrique Fonseca de Araújo, Antonio Vilas Boas Teixeira e outros). Recdo: Bernardo Mendes Ribeiro (espólio de e outros) (Adv. Raül de Araujo Filho, José Guilherme Villela e outros).

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA



Imprensa Nacional
SIG - Quadra 6, Lote 800 - 70604 - Brasília/DF
Telefones: (PABX (061) 321-5566) Telex: (061) 1356 DIMN BR
CGC/MF nº 00394494/0016-12

CEZAR BADO
Diretor-Geral

MARIA LUZIA DE MELO
Diretora de Publicações de Órgãos Oficiais

DIÁRIO DA JUSTIÇA - Seção I

Órgão destinado à publicação dos atos do Poder Judiciário

Jornalistas Responsáveis:

José Edmar Gomes Isabel Cristina Orró de Azevedo
Miguel Felix dos Anjos Jorge Luiz Alencar Guerra

Publicações: os originais devem ser entregues na Seção de Recebimento de Matérias (térreo). Matérias entregues até às 13 horas serão divulgadas na edição do dia imediato. Reclamações deverão ser feitas por escrito à Diretoria de Publicações de Órgãos Oficiais até o quinto dia útil após sua publicação.

Assinaturas: as assinaturas valem a partir de sua efetivação e não incluem os suplementos, que podem ser adquiridos separadamente.

Diário Oficial

Diário da Justiça

Preços	Seção I	Seção II	Seção I	Seção II
Assinatura trimestral	Cr\$ 1.547,00	Cr\$ 405,00	Cr\$ 1.517,00	Cr\$ 1.247,00
Portes:				
Brasil (superfície)	Cr\$ 534,60	Cr\$ 267,96	Cr\$ 977,46	Cr\$ 534,60
Brasil (aéreo)	Cr\$ 2.138,40	Cr\$ 1.072,50	Cr\$ 3.910,50	Cr\$ 2.138,40

Informações: Seção de Divulgação da Imprensa Nacional (DICOM/SEDIV)
Telefone: (061) 321-5566 - R. 309/305 ou (061) 226-2586
Horário: 8:00 às 12:30h e 13:30 às 17:00h.

Despacho: Tendo em vista a informação da Secretaria, requisitem-se os autos à douta PGR, restituindo-se o prazo recursal à ora requerente.

Brasília, 24 de abril de 1990.

Ministro CELSO DE MELLO
Relator

Inq 482-1 - DF

Indiciado: César Maia. Vitima: Instituto Brasileiro de Opinião Pública e Estatística Ltda - IBOPE.

Despacho: Fls. 4/5, item 6, letras "a", "c" e "d": oficie-se, atendendo-se depois, ao requerido na letra "b".

Brasília, 26 de abril de 1990.

Ministro SYDNEY SANCHES
Relator

MI nº 231-2-DF

Requerente:- Federação Nacional dos Advogados (Adv.: Luiz Antonio Ataíde Mota e outro). Requerido:- Congresso Nacional.

DESPACHO:- Vistos, etc.

1. Trata-se de mandado de injunção impetrado perante esta Egrégia Corte com fundamento no art. 5º, LXXI, da Constituição Federal, objetivando "a aplicabilidade das regras constitucionais insertas nos incisos XI e XXI do art. 7º."

2. A impetrante além de não especificar a autoridade contra a qual requer a presente injunção, pede para: "provisoriamente, serem regulamentados, em termos que forem arbitrados por essa Excelsa Corte, os direitos dos trabalhadores brasileiros referentes à participação no lucro das empresas e ao aviso prévio proporcional ao tempo de serviço, até que as respectivas leis ordinárias sejam promulgadas."

3. O mandado de injunção é ação outorgada ao titular de direito, garantia ou prerrogativa a que alude o artigo 5º, LXXI, cujo exercício está inviabilizado pela falta de norma regulamentar.

4. Embora a Constituição não tenha preceitos expressos quanto à natureza e aos efeitos da providência jurisdicional decorrentes da injunção, ficou estabelecido na questão de ordem suscitado no MI nº 107-3-DF, de que foi relator o eminente Ministro MOREIRA ALVES, que é ação "que se destina a obter uma sentença que declare a ocorrência da omissão inconstitucional, ou que marque prazo para que isso não ocorra, a fim de que se adotem as providências necessárias à eliminação dessa omissão."

5. Não tem, assim, a ação de injunção, que é de natureza declaratória, o condão de fazer com o Judiciário venha a substituir ao Legislativo corrigindo ou suprimindo omissões desse, em face da compatibilidade que deve existir entre esse instituto com o princípio da separação dos poderes consagrados na Constituição Federal.

6. Não cabe ao Poder Judiciário, como pede a autora, substituir o Poder Legislativo e suprimindo a omissão, fazer essa regulamentação, mesmo que temporariamente, por falta de elementos subsistentes de interpretação que lhe atribuem esse efeito - como ficou decidido pelo Plenário desta Corte na questão de ordem acima citada.

7. Ante o exposto, por falta de uma das condições da ação, qual seja a possibilidade jurídica do pedido, indefiro-o com fundamento no artigo 265, VI, do C.P.C. combinado com o art. 21, § 1º, do RI-STF.

Intime-se.

Brasília, 25 de abril de 1990.

Ministro PAULO BROSSARD
Relator

Pet. nº 378 - 1 - SP (EDcl)

Embargante: - Wong Sin Tak (Adv.: Wesley Wagner de Printes). Embargado: - Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo.

DESPACHO: - Vistos, etc.

1. Trata-se de embargos de declaração opostos a acórdão que ainda não foi publicado.

2. Em face da evidente intempestividade, com base no art. 21, § 1º, do RI-STF, indefiro o seu processamento.

Intime-se.

Brasília, 25 de abril de 1990.

Ministro PAULO BROSSARD
Relator

SE nº 4.187-1 - Estado de Israel

Repte.: Debora Peles, em solteira Debora Tobelem (Adv.: Luís Maurício Daou Lindoso e Armando Moraes da Fonseca). Reqdo.: Yosef Itzhak Peles.

Despacho: Expeça-se a carta de sentença com observância do que dispõe o art. 349 do Regimento Interno e o art. 590 do Código de Processo Civil.

Brasília, 26 de abril de 1990.

Ministro NÉRI DA SILVEIRA
Presidente

"Em consequência fica intimada a requerente a providenciar a extração da Carta de Sentença".

retorno dos autos a MM. Junta de Conciliação e Julgamento de origem para, reabrindo a instrução do feito, facultar a Reclamada produzir sua prova testemunhal.

PROCESSO-RR-434/89.1 - relativo ao Recurso de Revista de Decisão do Tribunal Regional do Trabalho da 5ª Região, sendo Recorrente Ergon Engenharia Ltda e Recorrida Eudídice Amorim Santos. Foi relator o Excelentíssimo Senhor Ministro José Ajuricaba e revisor o Excelentíssimo Senhor Ministro Francisco Leocádio, tendo a Turma resolvido por unanimidade, conhecer do recurso e dar-lhe provimento para anulando o processo a partir do depoimento das testemunhas da Reclamante, exclusiva, determinar o retorno dos autos a MM. Junta de Conciliação e Julgamento de origem, para que, intimadas as testemunhas da Reclamada, se prossiga o juízo de origem, a instrução e julgamento do feito, como entender de direito.

PROCESSO-RR-535/89.4 - relativo ao Recurso de Revista de Decisão do Tribunal Regional do Trabalho da 6ª Região, sendo Recorrente Cesa - Pedra Cerâmica Santo Antonio Ltda e Recorridos Aluizio Benedito da Silva e Outro. Foi relator o Excelentíssimo Senhor Ministro José Ajuricaba e revisor o Excelentíssimo Senhor Ministro Francisco Leocádio, tendo a Turma resolvido por unanimidade, não conhecer do recurso quanto às horas extras. Por unanimidade, conhecer do recurso quanto aos honorários advocatícios e dar-lhe provimento para excluir da condenação o pagamento da referida parcela.

PROCESSO-RR-2591/89.8 - relativo ao Recurso de Revista de Decisão do Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região, sendo Recorrente Soecom S/A - Sociedade de Empreendimentos Industriais, Comerciais e Mineração e Recorrida Rosilêia Rosa Paulista. Foi relator o Excelentíssimo Senhor Ministro José Ajuricaba e revisor o Excelentíssimo Senhor Ministro Francisco Leocádio, tendo a Turma resolvido por unanimidade, conhecer do recurso e dar-lhe provimento para julgar improcedente a Reclamação.

PROCESSO-RR-3433/89.5 - relativo ao Recurso de Revista de Decisão do Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região, sendo Recorrente Indústria de Papéis de Arte José Tscherskassky S/A e Recorrida Gisele Archanjo Margatho Elias. Foi relator o Excelentíssimo Senhor Ministro José Ajuricaba e revisor o Excelentíssimo Senhor Ministro Francisco Leocádio, tendo a Turma resolvido por unanimidade, não conhecer do recurso.

PROCESSO-AI-6672/88.2 - relativo ao Agravo de Instrumento de Despacho do Juiz Presidente do Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região, sendo Agravante Banco Itaú S/A e Agravada Ângela Maria Garcia Passos Santos. Foi relator o Excelentíssimo Senhor Ministro Francisco Leocádio, tendo a Turma resolvido por unanimidade, negar provimento ao agravo de instrumento.

PROCESSO-AI-3423/89.0 - relativo ao Agravo de Instrumento de Despacho do Juiz Presidente do Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região, sendo Agravante Antônio Iglesias e Agravada Companhia Nacional de Cimento Portland Perus. Foi relator o Excelentíssimo Senhor Ministro Francisco Leocádio, tendo a Turma resolvido por unanimidade, negar provimento ao agravo de instrumento.

PROCESSO-AI-3536/89.0 - relativo ao Agravo de Instrumento de Despacho do Juiz Presidente do Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região, sendo Agravante Banco Mercantil do Brasil S/A e Agravado José Carlos Coutinho. Foi relator o Excelentíssimo Senhor Ministro Francisco Leocádio, tendo a Turma resolvido por unanimidade, dar provimento ao agravo, a fim de que seja processada a revista, para melhor exame.

PROCESSO-AI-6389/89.9 - relativo ao Agravo de Instrumento de Despacho do Juiz Presidente do Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região, sendo Agravante Nacional Companhia de Crédito Imobiliário e Agravado Denilson Sanches. Foi relator o Excelentíssimo Senhor Ministro Francisco Leocádio, tendo a Turma resolvido por unanimidade, negar provimento ao agravo de instrumento.

PROCESSO-AI-7606/89.4 - relativo ao Agravo de Instrumento de Despacho do Juiz Presidente do Tribunal Regional do Trabalho da 10ª Região, sendo Agravante Banco Itaú S/A e Agravados Adão Rodney Garcia Rodrigues e Outros. Foi relator o Excelentíssimo Senhor Ministro Francisco Leocádio, tendo a Turma resolvido por unanimidade, negar provimento ao agravo de instrumento.

PROCESSO-RR-4715/88.9 - relativo ao Recurso de Revista de Decisão do Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região, sendo Recorrente Raul Domingues Lucas de Oliveira e Recorrida Sociedade Tapajós de Mão de Obra Ltda. Foi relator o Excelentíssimo Senhor Ministro José Ajuricaba e revisor o Excelentíssimo Senhor Ministro Hylo Gurgel, tendo a Turma resolvido por maioria, rejeitar a preliminar de Comunicação ao Excelentíssimo Senhor Ministro Senhor Ministro Corregedor - Geral, vencido o Excelentíssimo Senhor Ministro Hylo Gurgel, revisor que a acolhia. Por unanimidade, não conhecer do recurso quanto à pena de confissão na falta de exibição dos documentos nem quanto ao recibo do FGTS e quitação.

PROCESSO-RR-2744/89.4 - relativo ao Recurso de Revista de Decisão do Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região, sendo Recorrente Volmir Lima Anversa e Recorrida Mesbla S/A. Foi relator o Excelentíssimo Senhor Ministro José Ajuricaba e revisor o Excelentíssimo Senhor Ministro Ney Doyle, tendo a Turma resolvido por unanimidade, não conhecer do recurso.

PROCESSO-AI-3425/88.7 - relativo ao Agravo de Instrumento de Despacho do Juiz Presidente do Tribunal Regional do Trabalho da 11ª Região, sendo Agravante Francisco Souza Lopes e Agravada Companhia Auxiliar de Empresas Elétricas Brasileiras - CAEEB. Foi relator o Excelentíssimo Senhor Ministro Hylo Gurgel, tendo a Turma resolvido por unanimidade, negar provimento ao agravo de instrumento.

PROCESSO-AI-7182/88.7 - relativo ao Agravo de Instrumento de Despacho do Juiz Presidente do Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região, sendo Agravante Banco do Brasil S/A e Agravado Arnaldo Querino da Silva. Foi relator o Excelentíssimo Senhor Ministro Hylo Gurgel, tendo a Turma resolvido por unanimidade, negar provimento ao agravo de instrumento.

PROCESSO-AI-7183/88.4 - relativo ao Agravo de Instrumento de Despacho do Juiz Presidente do Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região, sendo Agravante Arnaldo Querino da Silva e Agravado Banco do Brasil S/A. Foi relator o Excelentíssimo Senhor Ministro Hylo Gurgel, tendo a Turma resolvido por unanimidade, negar provimento ao agravo de instrumento.

PROCESSO-AI-489/89.1 - relativo ao Agravo de Instrumento de Despacho do Juiz Presidente do Tribunal Regional do Trabalho da 5ª Região, sendo Agravante Instituto Córdio Pulmonar da Bahia Ltda e Agravada Aláide Pereira Barreto. Foi relator o Excelentíssimo Senhor Ministro Hylo Gurgel, tendo a Turma resolvido por unanimidade, negar provimento ao agravo de instrumento.

PROCESSO-AI-993/89.6 - relativo ao Agravo de Instrumento de Despacho do Juiz Presidente do Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região, sendo Agravante Saulo Meda Coelho e Agravados Banco Itaú S/A e Outra. Foi relator o Excelentíssimo Senhor Ministro Hylo Gurgel, tendo a Turma resolvido por unanimidade, negar provimento ao agravo de instrumento.

PROCESSO-AI-2958/89.4 - relativo ao Agravo de Instrumento de Despacho do Juiz Presidente do Tribunal Regional do Trabalho da 9ª Região, sendo Agravante Banco Econômico S/A e Agravado Adionil José Fumagalli. Foi relator o Excelentíssimo Senhor Ministro Hylo Gurgel, tendo a Turma resolvido por unanimidade, negar provimento ao agravo de instrumento.

PROCESSO-AI-6464/89.1 - relativo ao Agravo de Instrumento de Despacho do Juiz Presidente do Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região, sendo Agravante Santa Casa de Misericórdia do Rio de Janeiro e Agravado Paulo Alves Peixoto Júnior. Foi relator o Excelentíssimo Senhor Ministro Hylo Gurgel, tendo a Turma resolvido por unanimidade, negar provimento ao agravo de instrumento.

PROCESSO-AI-3636/89.5 - relativo ao Agravo de Instrumento de Despacho do Juiz Presidente do Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região, sendo Agravante FEPASA - Ferruvia Paulista S/A e Agravado Jonas Antonio de Moraes. Foi relator o Excelentíssimo Senhor Ministro Ney Doyle, tendo a Turma resolvido por unanimidade, negar provimento ao agravo de instrumento.

PROCESSO-AI-7234/89.8 - relativo ao Agravo de Instrumento de Despacho do Juiz Presidente do Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região, sendo Agravante Madeirense Móveis do Brasil Ltda e Agravados João Alves Vieira e Outro. Foi relator o Excelentíssimo Senhor Ministro Ney Doyle, tendo a Turma resolvido por unanimidade, negar provimento ao agravo de instrumento.

PROCESSO-AI-3459/89.3 - relativo ao Agravo de Instrumento de Despacho do Juiz Presidente do Tribunal Regional do Trabalho da 6ª Região, sendo Agravante Usinã Catende S/A e Agravados Ângela Maria Oliveira da Silva e Outros. Foi relator o Excelentíssimo Senhor Ministro José Francisco da Silva, tendo a Turma resolvido por unanimidade, negar provimento ao agravo de instrumento.

PROCESSO-AI-3662/89.5 - relativo ao Agravo de Instrumento de Despacho do Juiz Presidente do Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região, sendo Agravante Copel Comércio, Indústria de Plásticos e Espumas Ltda e Agravado Nelson Dias da Gama. Foi relator o Excelentíssimo Senhor Ministro José Francisco da Silva, tendo a Turma resolvido por unanimidade, negar provimento ao agravo de instrumento.

PROCESSO-AI-4531/89.1 - relativo ao Agravo de Instrumento de Despacho do Juiz Presidente do Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região, sendo Agravante Banco Brasileiro de Descontos S/A - Bradesco e Agravada Marli Mantuan. Foi relator o Excelentíssimo Senhor Ministro José Francisco da Silva, tendo a Turma resolvido por unanimidade, negar provimento ao agravo de instrumento.

PROCESSO-AI-5831/89.3 - relativo ao Agravo de Instrumento de Despacho do Juiz Presidente do Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região, sendo Agravante Ilmo Augusto da Silva e Agravada Mannesmann S/A. Foi relator o Excelentíssimo Senhor Ministro José Francisco da Silva, tendo a Turma resolvido por unanimidade, negar provimento ao agravo de instrumento.

PROCESSO-AI-5972/89.8 - relativo ao Agravo de Instrumento de Despacho do Juiz Presidente do Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região, sendo Agravante Jockey Club de São Paulo e Agravado Geraldo Pinto. Foi relator o Excelentíssimo Senhor Ministro José Francisco da Silva, tendo a Turma resolvido por unanimidade, negar provimento ao agravo de instrumento.

PROCESSO-AI-6206/89.6 - relativo ao Agravo de Instrumento de Despacho do Juiz Presidente do Tribunal Regional do Trabalho da 6ª Região, sendo Agravante Banco do Estado de Pernambuco S/A - BANDEPE e Agravado Valmir Bezerra. Foi relator o Excelentíssimo Senhor Ministro José Francisco da Silva, tendo a Turma resolvido por unanimidade, negar provimento ao agravo de instrumento.

PROCESSO-AI-6219/89.1 - relativo ao Agravo de Instrumento de Despacho do Juiz Presidente do Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região, sendo Agravante Cleide de Souza Ribeiro e Agravada Peralta Comercial e Importadora Ltda. Foi relator o Excelentíssimo Senhor Ministro José Francisco da Silva, tendo a Turma resolvido por unanimidade, negar provimento ao agravo de instrumento.

PROCESSO-AI-6466/89.6 - relativo ao Agravo de Instrumento de Despacho do Juiz Presidente do Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região, sendo Agravante Banco Bamerindus do Brasil S/A e Agravado José Ricardo Carneiro. Foi relator o Excelentíssimo Senhor Ministro José Francisco da Silva, tendo a Turma resolvido por unanimidade, negar provimento ao agravo de instrumento.

PROCESSO-AI-6491/89.9 - relativo ao Agravo de Instrumento de Despacho do Juiz Presidente do Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região, sendo Agravantes Finasa Administração e Planejamento S/A e Outro e Agravado Yukio Imafuku. Foi relator o Excelentíssimo Senhor Ministro José Francisco da Silva, tendo a Turma resolvido por unanimidade, negar provimento ao agravo de instrumento.

PROCESSO-AI-6776/89.4 - relativo ao Agravo de Instrumento de Despacho do Juiz Presidente do Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região, sendo Agravantes Viação Aérea S.P. S/A e Outro e Agravado José Pinto. Foi relator o Excelentíssimo Senhor Ministro José Francisco da Silva, tendo a Turma resolvido por unanimidade, negar provimento ao agravo de instrumento.

PROCESSO-AI-7032/89.3 - relativo ao Agravo de Instrumento de Despacho do Juiz Presidente do Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região, sendo Agravante Eugênio Ferreira Machado e Agravada Insumobrás S/A - Insumos Agrícolas do Brasil. Foi relator o Excelentíssimo Senhor Ministro José Francisco da Silva, tendo a Turma resolvido por unanimidade, negar provimento ao agravo de instrumento.

PROCESSO-AI-7083/89.7 - relativo ao Agravo de Instrumento de Despacho do Juiz Presidente do Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região, sendo Agravante Ismael Mendes de Abreu e Agravada C & A Modas Ltda. Foi relator o Excelentíssimo Senhor Ministro José Francisco da Silva, tendo a Turma resolvido por unanimidade, negar provimento ao agravo de instrumento.

PROCESSO-AI-7123/89.3 - relativo ao Agravo de Instrumento de Despacho do Juiz Presidente do Tribunal Regional do Trabalho da 6ª Região, sendo Agravante Josemar Tenório de Albuquerque e Agravado Banco Industrial e Comercial S/A - BIC. Foi relator o Excelentíssimo Senhor Ministro José Francisco da Silva, tendo a Turma resolvido por unanimidade, negar provimento ao agravo de instrumento.

PROCESSO-AI-7133/89.6 - relativo ao Agravo de Instrumento de Despacho do Juiz Presidente do Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região, sendo Agravante Wagner Felipe de Souza e Agravada Construções Eletrônicas Industriais Ltda. Foi relator o Excelentíssimo Senhor Ministro José Francisco da Silva, tendo a Turma resolvido por unanimidade, negar provimento ao agravo de instrumento.

PROCESSO-AI-7261/89.6 - relativo ao Agravo de Instrumento de Despacho do Juiz Presidente do Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região, sendo Agravante Maria do Carmo Xavier Cruz e Agravada Transportadora Reinami Ltda. Foi relator o Excelentíssimo Senhor Ministro José Francisco da Silva, tendo a Turma resolvido por unanimidade, negar provimento ao agravo de instrumento.

PROCESSO-AI-7580/89.0 - relativo ao Agravo de Instrumento de Despacho do Juiz Presidente do Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região, sendo Agravante Nelson Brasília de Andrade e Agravado Máximo Martins da Cruz Engenharia e Comércio Ltda. Foi relator o Excelentíssimo Senhor Ministro José Francisco da Silva, tendo a Turma resolvido por unanimidade, negar provimento ao agravo de instrumento.

PROCESSO-AI-7630/89.0 - relativo ao Agravo de Instrumento de Despacho do Juiz Presidente do Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região, sendo Agravantes Jorge Lourenço da Silva e Outro e Agravada Mendes Junior Internacional Company e Construtora Mendes Junior S/A. Foi relator o Excelentíssimo Senhor Ministro José Francisco da Silva, tendo a Turma resolvido por unanimidade, negar provimento ao agravo de instrumento.

PROCESSO-AI-7750/89 - relativo ao Agravo de Instrumento de Despacho do Juiz Presidente do Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região, sendo Agravante Frigorífico Jandira S/A e Agravado Sebastião Rosa de Jesus. Foi relator o Excelentíssimo Senhor Ministro José Francisco da Silva, tendo a Turma resolvido por unanimidade, negar provimento ao agravo de instrumento.

PROCESSO-AI-8193/89 - relativo ao Agravo de Instrumento de Despacho do Juiz Presidente do Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região, sendo Agravante Eletropaulo-Eletridade de São Paulo S/A e Agravado Osvaldo Lopes de Oliveira. Foi relator o Excelen-

tíssimo Senhor Ministro José Francisco da Silva, tendo a Turma resolvido por unanimidade, negar provimento ao agravo de instrumento.

PROCESSO-ED-AG-RR-4554/87.6 - relativo aos Embargos Declaratórios em Agravo Regimental em Recurso de Revista, Opostos à Decisão da Egrégia 2ª Turma, sendo Embargante Antonio Milano Filho e Embargada Caixa Econômica do Estado de São Paulo S/A. Foi relator o Excelentíssimo Senhor Ministro José Ajuricaba, tendo a Turma resolvido por unanimidade, rejeitar os embargos declaratórios.

PROCESSO-ED-RR-1017/88.6 - relativo aos Embargos Declaratórios em Recurso de Revista, Opostos a Decisão da Egrégia 2ª Turma, sendo Embargante Companhia Siderúrgica Belgo-Mineira e Embargado Geraldo Eustáquio de Castro. Foi relator o Excelentíssimo Senhor Ministro José Ajuricaba, tendo a Turma resolvido por unanimidade, acolher os embargos declaratórios, nos termos do voto do Excelentíssimo Senhor Ministro-Relator.

PROCESSO-ED-RR-3594/88.9 - relativo aos Embargos Declaratórios em Recurso de Revista, Opostos a Decisão da Egrégia 2ª Turma, sendo Embargante Célia Silveira e Embargado Banco Bamerindus do Brasil S/A. Foi relator o Excelentíssimo Senhor Ministro José Ajuricaba, tendo a Turma resolvido por unanimidade, acolher parcialmente os embargos declaratórios, nos termos do voto do Excelentíssimo Senhor Ministro Relator.

PROCESSO-ED-RR-4018/88.5 - relativo aos Embargos Declaratórios em Recurso de Revista, Opostos a Decisão da Egrégia 2ª Turma, sendo Embargante Luiz Oscar Salgado Miranda e Embargada Petrobrás Internacional S/A - BRASPETRO. Foi relator o Excelentíssimo Senhor Ministro José Ajuricaba, tendo a Turma resolvido por unanimidade, rejeitar os embargos declaratórios.

PROCESSO-ED-RR-4291/88.9 - relativo aos Embargos Declaratórios em Recurso de Revista, Opostos a Decisão da Egrégia 2ª Turma, sendo Embargante Banco Bamerindus do Brasil S/A e Embargado Toshio Yomura. Foi relator o Excelentíssimo Senhor Ministro José Ajuricaba, tendo a Turma resolvido por unanimidade, rejeitar os embargos declaratórios.

PROCESSO-ED-RR-4748/88.0 - relativo aos Embargos Declaratórios em Recurso de Revista, Opostos a Decisão da Egrégia 2ª Turma, sendo Embargante Instituto de Assistência Médica ao Servidor Público Estadual - IAMSPE e Embargados José Martinelli Monzani e outros. Foi relator o Excelentíssimo Senhor Ministro José Ajuricaba, tendo a Turma resolvido por unanimidade, acolher parcialmente, os embargos declaratórios nos termos do voto do Excelentíssimo Senhor Ministro Relator.

PROCESSO-ED-RR-5030/88.0 - relativo aos Embargos Declaratórios em Recurso de Revista, Opostos a Decisão da Egrégia 2ª Turma, sendo Embargante Unibanco - União de Bancos Brasileiros S/A e Embargado João Blasque. Foi relator o Excelentíssimo Senhor Ministro José Ajuricaba, tendo a Turma resolvido por unanimidade, acolher os embargos declaratórios nos termos do voto do Excelentíssimo Senhor Ministro Relator.

PROCESSO-ED-RR-6061/88.3 - relativo aos Embargos Declaratórios em Recurso de Revista, Opostos a Decisão da Egrégia 2ª Turma, sendo Embargante Nelson Allonso Rodrigues e Embargada IBF - Indústria Brasileira de Filmes S/A. Foi relator o Excelentíssimo Senhor Ministro José Ajuricaba, tendo a Turma resolvido por unanimidade, acolher os embargos declaratórios nos termos do voto do Excelentíssimo Senhor Ministro Relator.

PROCESSO-ED-RR-348/89.9 - relativo aos Embargos Declaratórios em Recurso de Revista, Opostos a Decisão da Egrégia 2ª Turma, sendo Embargante Harbio Antonio Lopes Palhano e Embargado Banco do Brasil S/A. Foi relator o Excelentíssimo Senhor Ministro José Ajuricaba, tendo a Turma resolvido por unanimidade, rejeitar os embargos declaratórios.

PROCESSO-AG-RR-4071/89.0 - relativo ao Agravo Regimental em Recurso de Revista, do Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região, sendo Agravante Fazenda Pública do Estado de São Paulo e Agravados Antonio Sanches Alvares e Outros. Foi relator o Excelentíssimo Senhor Ministro José Ajuricaba, tendo a Turma resolvido por unanimidade, negar provimento ao agravo regimental.

PROCESSO-ED-AI-7705/89.2 - relativo aos Embargos Declaratórios em Agravo de Instrumento, Opostos a Decisão da Egrégia 2ª Turma, sendo Embargante Sondotécnica Engenharia de Solos S/A e Embargado Pedro Scanseti. Foi relator o Excelentíssimo Senhor Ministro Ney Doyle, tendo a Turma resolvido por unanimidade, rejeitar os embargos declaratórios. Às dezenove horas e trinta minutos, encerrou-se a Sessão sem esgotar a pauta, e, para constar, eu, JUAN CURY AGUIAR - Diretora de Serviço da Secretaria da Segunda Turma, lavrei a presente ata que vai assinada pelo Excelentíssimo Senhor Ministro José Ajuricaba da Costa e Silva, Presidente, e por mim subscreita aos vinte e três dias do mês de abril de mil novecentos e noventa.

MINISTRO JOSÉ AJURICABA DA COSTA E SILVA
Presidente da Turma

JUAN CURY AGUIAR
Diretora de Serviço da Secretaria da Turma

Superior Tribunal Militar

Diretoria Judiciária

SEÇÃO DE PROCESSO JUDICIÁRIO RECURSO EXTRAORDINÁRIO Nº 260-5/SP

Recorrente: VALDIR GUIMARÃES DA SILVA - 1º Sgt. Ex.
Recorrida: A JUSTIÇA MILITAR FEDERAL
Advogado: Dr. PAULO RUI DE GODOY

D E S P A C H O

"VALDIR GUIMARÃES DA SILVA, 1º Sargento do Exército através do Dr. Paulo Rui de Godoy, Advogado-de-Ofício da Justiça Militar inter põe Recurso Extraordinário para o E. Supremo Tribunal Federal, com fundamento nos artigos 5º, item LV, 102, item III, letra "a", combinados com os artigos 93, IX e 134, da Constituição Federal, 500, item IV, e 570 e seguintes, do Código de Processo Penal Militar.

2. Pretende o impetrante obter da Suprema Corte a declaração de nulidade do Acórdão prolatado nos Autos da Apelação nº 45.783-6/SP, que dando provimento a recurso do MPM exasperou a pena imposta pela r. sentença de primeiro grau, para 08 anos de reclusão e à pena acessória de exclusão das FFAA.

3. Aduz, ainda, o recorrente que:

"... não aberta vistas dos autos de apelação à Defensor de Ofício no Egrégio STM, em sua sede em Brasília, para a devida avaliação da necessidade ou não de sustentação oral da defesa do ora recorrente, "data venia" caracterizada NULIDADE inganável, eis que, violado ainda as disposições do inciso LV do art. 5º da

CF/88, eis que, violado o princípio da AMPLA DEFESA, eis que, o suplicante ficou INDEFESO perante o Egrégio STM, em sua sede em Brasília."

4. Entende, também, o recorrente, por violado o art. 93, IX da Carta Maior, posto que "da data da sessão de julgamento em que foi prolatado o V. Acórdão ora recorrido, constante de fls. 0 mesmo ocorreu em SESSÃO SECRETA, assistido somente por uma das partes, ou seja o Representante do MPM, o Exmº Sr. Subprocurador Geral da Justiça Militar, Dr. Milton Menezes da Costa Filho, quando o supra transcrito inciso IX do art. 33 da CF/88 exige que o mesmo tivesse ocorrido em sessão pública."

5. Pugna, outrossim, o recorrente para que o réu retorne ao estado de liberdade, situação que se achava quando do julgamento da apelação, eis que segundo a regra insita no Art. 5º, inciso LVII da Constituição Federal, ninguém será considerado culpado até o trânsito em julgado da sentença penal condenatória.

6. A Douta Procuradoria-Geral da Justiça Militar, no pronunciamento de fls/8/10, impugna o cabimento do recurso.

Relatado, decido

7. O apelo extremo é tempestivo, consoante faz prova a certidão de fls. 6 verso. Entretanto, faltam-lhe os pressupostos constitucionais capazes de ensejar sua admissão.

8. Com efeito, o impetrante argui a nulidade do julgado, alegando, em síntese, que a falta de sustentação oral, por parte de representante da Defensoria de Ofício da Justiça Militar perante esta Corte, constituiria violação aos princípios do contraditório e da ampla defesa, insertos no artigo 5º, IV, da Carta Magna, bem assim ao seu artigo 134, in verbis:

9. "Art. 134. A Defensoria Pública é instituição essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a orientação jurídica e a defesa, em todos os graus, dos necessitados, na forma do art. 5º, LXXIV.

Parágrafo único. Lei complementar organizará a Defensoria Pública da União e do Distrito Federal e dos Territórios e prescreverá normas gerais para sua organização nos Estados, em cargos de carreira, providos, na classe inicial, mediante concurso público de provas e títulos, assegurada a seus integrantes a garantia da inamovibilidade e vedado o exercício da advocacia fora das atribuições institucionais."

10. Ora, de plano, verifica-se carecerem de procedência os argumentos apresentados, pois, em nenhum momento, a decisão atacada contrariou os dispositivos constitucionais invocados, porquanto estes não impõem, nem mesmo implicitamente, a presença física do defensor dativo na tribuna destinada aos advogados, fazendo uso da palavra na defesa do acusado.

11. Aliás, nos termos da norma supratranscrita, a organização da Defensoria Pública da União está a depender da edição de lei complementar (de iniciativa exclusiva do Excelentíssimo Senhor Presidente da República) que, provavelmente, definirá a posição da Defensoria de Ofício da Justiça Militar no contexto constitucional.

12. Mas, no momento, a legislação ordinária, disciplinadora da atuação da advocacia dativa castrense, continua em pleno vigor e em na da foi alterada pelos dispositivos em que o recorrente se tem por amparado.

13. Assim, no tocante a essa atuação, dispõe a lei nº 7.384/85: "Art. 1º. A Defensoria de Ofício da Justiça Militar compõe-se de Advogados-de-Ofício e Advogado-de-Ofício Substitutos, que funcionam nas Auditorias." (grifei)

14. Nem esse diploma legal nem tampouco a Lei de Organização Judiciária Militar - Decreto-Lei nº 1003/69 - obrigam os membros da Defensoria de Ofício a procederem à sustentação oral perante a segunda instância desta Justiça Especializada. Obriga-os, sim, esta última lei, expressamente, a fazê-lo diante dos Conselhos de Justiça, impondo-lhes, ainda, de forma obrigatória, o dever de apelar das sentenças condenatórias, nos processos de deserção, e de interpor outros "recursos e requerer remédios legais" (art. 47, I, "b", "d" e "e"), determinações que, no caso, o zeloso Advogado-de-Ofício empenhou-se a cumprir.

15. Ademais, sobre a espécie, a Suprema Corte, entendeu, verbis: "HC 67.411-9-SP

Rel.: Ministro Carlos Madeira. Pacte.: Fernando de Sousa Tiozi. Imptes.: Pedro Luiz Porrio e outro.

Coator: Superior Tribunal Militar

Decisão: Indeferido o pedido à unanimidade de votos. 2ª turma, 09.05.89.

EMENTA:- HABEAS CORPUS - Sustentação oral. O que atende à garantia constitucional da ampla defesa é a intimação do advogado do dia do julgamento do processo pelo Tribunal, assegurando-lhe meios para exercer o seu mandato. Sendo a sustentação ato voluntário, não constitui nulidade o fato do advogado não comparecer à sessão para a qual foi intimado ou mesmo deixar de fazer sustentação oral. A falta desta não importa prejuízo. Pedido Indeferido." (DJ 2 JUN 89 - pg. 9601)

16. No que tange a realização do julgamento em sessão secreta, ainda que se tivesse ad argumentandum por violado o art. 93, inciso IX, da Constituição Federal, in casu o recorrente não foi impedido de assistir a sessão, pois a mesma não comparecera e nem se fizera representar por advogado.

"Ex positis", ausentes as hipóteses previstas no Art. 102, item III, da Constituição Federal, inadmito o presente Recurso Extraordinário, negando-lhe seguimento.

Brasília, 26 de abril de 1990.

RAPHAEL DE AZEVEDO BRANCO
Almirante-de-Esquadra
Ministro-Presidente

PUBLICAÇÃO PARA CIÊNCIA DAS PARTES

RECURSO CRIMINAL Nº 5.925-9/RJ

Recorrente: RICARDO ARRUDA GONÇALVES, 1º Ten. Ex.

Recorrido: O Despacho do Exmo. Sr. Juiz-Auditor da 1ª Auditoria do Exército da 1ª CJM, de 02.03.90, que não recebeu a Apelação interposta pelo Recorrente.

Advogados : Drs. Eleonora Salles de Campos Borges, Clarice do Nascimento Costa e Nélío Roberto Seidl Machado.

Na petição subscrita pelo Dr. Nélío Roberto Seidl Machado, reque-
rendo vista dos autos, o Exmo. Sr. Ministro-Relator proferiu o seguin-
te Despacho:

"Junte-se, oportunamente, aos autos do Recurso Criminal nº
5.925-9/RJ (Procuração).

Dê-se vista à douda Defesa, na Secretaria, pelo prazo de 05(cin-
co) dias.

Em seguida, venham-me conclusos.

Publique-se para ciência das partes.

Brasília, 24 de abril de 1990.

EDUARDO PIRES GONÇALVES

Secretaria do Tribunal Pleno

Pauta de Julgamentos

PAUTA Nº 051 - PROCESSO POSTO EM MESA:

- REPRESENTAÇÃO P/DECLARAÇÃO DE INDIGNIDADE Nº 19-9 - Relator Ministro
Haroldo Erichsen da Fonseca. Revisor Ministro Paulo César Cataldo.

- SESSÃO EXTRAORDINÁRIA - CONVOCAÇÃO

- O Tribunal realizará Sessão Extraordinária no dia 09 de maio de
1990 (quarta-feira), com início às 13:30 horas.

Ministério Público da União

Ministério Público Federal

Procuradoria da República no Distrito Federal

PORTARIA Nº 20, DE 26 DE ABRIL DE 1990

O PROCURADOR-CHEFE DA PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO DIS-
TRITO FEDERAL, no uso da competência que lhe foi delegada pela Porta-
ria nº 754, de 10 de novembro de 1987, do Senhor Procurador-Geral da
República, resolve,

Designar o Dr. ANTONIO CARNEIRO SOBRINHO, Procurador da
República de 2ª categoria, para acompanhar a Inspeção Ordinária dos
serviços da Secretaria da 8ª Vara Federal, Seção Judiciária do Distri-
to Federal, com início às 14:00 horas do dia 07 de maio do corrente
ano.

I'TALO FIORAVANTI SABO MENDES
Procurador-Chefe da Procuradoria
da República no Distrito Federal

Procuradoria da República em Rondônia

PORTARIAS DE 10 DE ABRIL DE 1990

O PROCURADOR CHEFE DA PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DE RON-
DÔNIA, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo art. 129,
inciso III, da Constituição Federal, e pela Lei nº 7.347/85, art. 8º, §
1º, e CONSIDERANDO:

a) A expropriação do prédio onde existia o HOTEL FLORESTA, à rua
Almirante Barroso, 502, nesta Capital, destinado à instalação do Tribunal
Regional do Trabalho;

b) As informações, veiculadas substancialmente pelo jornal "O ES-
TADÃO", de Porto Velho, no sentido de que dito imóvel, além de ser todo
incompatível para sediar o TRT, havia sido expropriado por valor muito su-
perior ao seu preço de mercado;

c) A determinação da atual Presidência do TRT em não ocupar as
instalações do referido prédio;

d) O estado lastimável de abandono em que se encontra o edifício
em tela;

e) A situação de impasse ora existente, que contribui ainda mais
para denegrir o bom nome e lançar descrédito sobre a Justiça, perante a
comunidade local; resolve:

instaurar o presente

Nº 03 -

INQUÉRITO CIVIL,

destinado a apurar os fatos, levantar eventuais prejuízos havidos para os
cofres da UNIÃO FEDERAL, definindo os seus responsáveis, verificar a exis-

tência de possíveis atos de corrupção em todo o processo licitatório e,
especialmente, restabelecer a credibilidade na JUSTIÇA, perante a comuni-
dade rondoniense, abalada que foi como decorrência de acusações não apura-
das.

Para tanto,

a) Designe-se a Funcionária MARIA APARECIDA DOS SANTOS BUAS, Che-
fe de Gabinete, para funcionar como Escrivã neste processo;

b) Oficie-se ao Exmo. Sr. Presidente do TRT para fornecer a docu-
mentação que aquele Tribunal dispuser sobre o episódio em apuração;

c) Efetue-se um relatório sucinto sobre a situação atualizada do
processo desapropriatório, em tramitação perante a Justiça Federal, extra-
indo-se as peças mais importantes e juntando-se-as aos autos;

d) Oficie-se ao Sr. FERNANDO MASINA, engenheiro da Caixa Econômi-
ca Federal, para que preste esclarecimentos iniciais com respeito à ava-
liação do imóvel expropriado, junto a esta Procuradoria;

e) Oficie-se à Polícia Federal para que efetue as diligências ne-
cessárias, a fim de apurar as dívidas que o expropriado, Sr. CARLOS FI-
GUEIREDO, possuía, quando da liberação da parcela de 80% do valor judi-
cialmente depositado pela UNIÃO FEDERAL, ocorrida em 30.01.89, assim como
investigue a remoção dos aparelhos de ar condicionado, retirados do pré-
dio desapropriado, e adote os demais procedimento que entender convenientes,
com vistas à elucidação dos fatos objeto deste Inquérito;

f) Encaminhe-se cópia da presente ao Dr. CLAUDIO LEMOS FONTELES,
Sub-Procurador Geral da República, Secretário de Coordenação da Defesa dos
Interesses Difusos - SECODID

-O PROCURADOR CHEFE DA PROCURADORIA DA REPÚBLICA DO ESTADO DE RON-
DÔNIA, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo art. 129,
inciso III, da Constituição Federal, e pela Lei nº 7.347/85, art. 8º, § 1º,
e CONSIDERANDO:

a) Os termos do Relatório da COMISSÃO INTERMINISTERIAL PT-643/89,
referente à exploração da atividade mineral neste Estado, es-
pecialmente na região denominada "LINHA C-75", também conhe-
cida como "GARIMPO DE BOM FUTURO";

b) O preceito constitucional contido no art. 20, IX, da Carta Ma-
gna, que estabelece pertencerem à UNIÃO FEDERAL os recursos
minerais, inclusive os do subsolo;

c) A indiscriminada exploração da área supra referida, por pes-
soas que não possuem as indispensáveis autorizações legais pa-
ra tanto, nos termos da Lei nº 7.805/89; resolve:

instaurar o presente

Nº 04 - INQUÉRITO CIVIL

determinando, para tanto, a adoção das seguintes providências:

1. A designação da funcionária MARIA APARECIDA DOS SANTOS BUAS
para funcionar como escrivã no presente feito;

2. A expedição de ofício à SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA, a fim
de que forneça as Notas Fiscais das empresas que exploram o
GARIMPO DE BOM FUTURO, existentes nos derradeiros 90 dias, bem
como uma relação dessas mesmas empresas, tudo no prazo de 10
dias úteis, segundo autoriza a Lei nº 7.347/85, art. 8º, § 1º.

3. O encaminhamento de ofício ao órgão local do DEPARTAMENTO NA-
CIONAL DE PRODUÇÃO MINERAL, para que seja fornecido o rol das
pessoas que possuem autorização, sob qualquer forma, para ex-
plorar o referido garimpo, igualmente no prazo de 10 dias
úteis (art. 8º, § 1º, da Lei nº 7.347/85).

4. O encaminhamento de cópia do presente ao Dr. CLAUDIO LEMOS
FONTELES, Sub-Procurador Geral da República, Secretário de
Coordenação da Defesa dos Direitos Individuais e dos Interes-
ses Difusos - SECODID

O PROCURADOR CHEFE DA PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DE RON-
DÔNIA, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo art. 129, in-
ciso III, da Constituição Federal, e pela Lei nº 7.347/85, art. 8º, § 1º,
e CONSIDERANDO:

a) Os termos do Relatório PT-643/89, da COMISSÃO INTERMINISTE-
RIAL, publicado no Diário Oficial de 05.03.90, p. 5397, referente à explo-
ração mineral da região "LINHA C-75", também conhecida por "GARIMPO DE
BOM FUTURO", neste Estado;

b) Caber ao Poder Público promover a proteção do meio ambiente,
especificamente com respeito à exploração de garimpos (Lei nº 7805/89, art.
15);

c) Que a outorga da permissão de lavra e a concessão de lavra de-
pendem de prévio licenciamento junto ao órgão ambiental competente (Lei
nº 7.805/89, arts. 3º e 16);

d) Que o permissionário de lavra deve executar os trabalhos de
mineração com observância das normas técnicas e regulamentares baixadas
pelo órgão ambiental (Lei nº 7.805/89, art. 9, V);

e) Que o beneficiamento de minérios em lagos e rios somente po-
dem ser efetuados com solução técnica dos órgãos competentes (Lei nº
7.805/89, art. 20);

f) Que a lavra que causar dano ao meio ambiente é passível de sus-
pensão temporária ou definitiva (Lei nº 7.805/89, art. 18); e, finalmen-
te;

g) Que o agente responde pelos danos que causar ao meio ambiente (Lei nº 7.805/89, art. 19), resolve:

Nº 05 - determinar a abertura do presente

INQUÉRITO CIVIL,

determinando, para tanto, a adoção das seguintes providências:

1. A designação da funcionária MARIA APARECIDA DOS SANTOS BUÁS, Chefe de Gabinete, para funcionar como Escrivã neste processo;
2. Seja oficiada a Secretaria do Meio Ambiente de Rondônia SEMARO, a fim de fornecer as normas técnicas e regulamentares relativas ao meio ambiente, especialmente aquelas que se aplicam aos garimpos, bem como a relação das empresas autorizadas a explorar o garimpo nominado no preâmbulo e remeter ainda, se disponível, levantamentos que aquele organismo eventualmente possua sobre o aludido local, tudo no prazo de 10 dias úteis (Lei nº 7347/85, art. 8º, § 1º);
3. Oficie-se igualmente à mesma Secretaria para fornecer um laudo do conteúdo das descrições e dimensionamento dos danos causados ao meio ambiente no GARIMPO DE BOM FUTURO, se o levantamento mencionado no item anterior inexistir, for incompleto ou estiver desatualizado;
4. Encaminhe-se ainda ofício ao Dr. Manoel dos Anjos, ilustre Coordenador do Meio Ambiente do Ministério Público Estadual, solicitando sua colaboração no sentido de fornecer o material de que dispõe sobre o garimpo em tela;
5. Encaminhe-se cópia do presente ao Dr. CLÁUDIO LEMOS FONTELES, Subprocurador Geral da República, Secretário de Coordenação de Defesa dos Direitos Individuais e dos Interesses Difusos - SECODIO.

O PROCURADOR CHEFE DA PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo art. 129, inciso III, da Constituição Federal, e pela Lei nº 7.347/85, art. 8º, § 1º, e CONSIDERANDO:

a) Os termos do Relatório PT-643/89, da Comissão Interministerial, publicado no Diário Oficial de 14.03.90, p. 5397, referente às atividades de exploração mineral em Rondônia, mais precisamente no lugar chamado "LINHA C-75", também conhecido como "GARIMPO DE BOM FUTURO";

b) As condições sub-humanas a que estão sujeitos cerca de 2.000 empregados de diversas pessoas que exploram o garimpo, caracterizadas especialmente pela ausência de garantias trabalhistas, pelas péssimas condições sanitárias, pelos frequentes acidentes de trabalho que provocam a amputação de membros, a cegueira e o soterramento de trabalhadores dentre outros;

c) A evasão de receitas pertencentes aos cofres públicos, notadamente as verbas previdenciárias e os tributos que não são recolhidos pelas pessoas empregadoras de mão-de-obra;

instaurar o presente

Nº 06 - INQUÉRITO CIVIL,

determinando, para tanto, sejam adotadas as providências a seguir enumeradas.

1. Designe-se, como Escrivã deste feito, a Srª MARIA APARECIDA DOS SANTOS BUÁS, Chefe de Gabinete;
2. Oficie-se ao órgão do MINISTÉRIO DO TRABALHO nesta Capital, para que forneça a esta Procuradoria os relatórios disponíveis sobre o garimpo mencionado no preâmbulo, no prazo regulamentar de 10 dias úteis (art. 8º, § 1º da Lei nº 7.347/85), contemplando especialmente os aspectos mencionados no item "b";
3. Inexistindo tais relatórios atualizados, inclua-se, no mesmo ofício, a solicitação de que seja realizado um levantamento a respeito, com a urgência que o caso está a exigir, comunicando a esta Procuradoria as medidas que estarão gradativamente sendo encetadas;
4. Oficie-se o órgão arrecadador da Previdência Social e à Delegacia de Receita Federal, a fim de verificarem a veracidade da ausência de recolhimentos previdenciários e fiscais, por parte das pessoas empregadoras que exercem a atividade de exploração do aludido garimpo, bem como adotarem as medidas indispensáveis para reverter tal situação, informando o Ministério Público Federal sobre as providências tomadas.

JACEGUAÍ FEUERSCHUETTE DE LAURINDO RIBAS

Procuradoria Regional Eleitoral no Estado do Paraná

PORTARIA Nº 01, DE 18 DE ABRIL DE 1990

Instaura Inquérito Civil para apurar abusos na concessão de serviços de telecomunicação e desvio nas suas finalidades.

O PROCURADOR REGIONAL ELEITORAL, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 129, III, da Constituição Federal,

Considerando a completa distorção de objetivos por parte da empresa concessionária de serviços públicos, REDE OM DE TELEVISÃO, veiculada

ra dos programas da TV BANDEIRANTES no Estado do Paraná, através da TV TRÔ PICAL, canal 7 de Londrina, TV TROPICAL canal 13 de Maringá e TV CARIMA, canal 10 de Cascavel;

Considerando ainda, que as diversas medidas já tomadas pela Justiça Eleitoral, seja mediante advertência, seja através de suspensão na veiculação de programas, não tem encontrado qualquer ressonância por parte dos responsáveis pela referida empresa;

Considerando ainda, que o Conselho Nacional de Telecomunicações CONTEL e seus órgãos subordinados não tem atuado eficientemente no sentido de fiscalizar e coibir os abusos verificados;

Considerando ainda, que é função institucional do Ministério Público assegurar o respeito aos princípios e normas criadas pela sociedade e especialmente o respeito à democracia, coibindo a interferência do poder econômico nas eleições, em especial o poder dado à concessionária pela própria sociedade brasileira, resolve:

Determinar a abertura de Inquérito Civil para melhor apuração dos fatos supra mencionados, realizando-se desde logo as seguintes diligências:

1. seja registrado e autuado;
2. seja oficiado ao Diretor Geral do Tribunal Regional Eleitoral do Paraná solicitando cópia de todas as representações formuladas contra a Rede OM de Televisão, e Senhores Luiz Carlos Alborquetti e José Carlos Martinez nas três últimas eleições;
3. seja oficiado à Diretora Regional do DENTEL-Paraná, requisitando a gravação de todos os pronunciamentos políticos levados ao ar pela empresa em questão ou suas filiais, excluído o horário de propaganda eleitoral gratuita.

MARIO JOSÉ GISI
Procurador Regional Eleitoral
no Estado do Paraná

Ministério Público do Trabalho

Procuradoria Regional do Trabalho

2ª Região

RELAÇÃO PROCESSUAL - relação dos processos remetidos ao Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região com parecer - Guia de remessa nº 076/90

AGRAVO DE PETIÇÃO

Proc:- 02890132786

Agravante

Advogado

Agravado

Advogado

2. Agravado

Advogado

Proc:- 02890170050

Agravante

Advogado

Agravado

Advogado

Proc:- 02890171900

Agravante

Advogado

Agravado

Advogado

Proc:- 02890172958

Agravante

Advogado

Agravado

Advogado

Proc:- 02890196962

Agravante

Advogado

Agravado

Advogado

Proc:- 02890226330

Agravante

Advogado

Agravado

Advogado

Proc:- 02890226411

Agravante

Advogado

Agravado

Advogado

Proc:- 02890226730

Agravante

Advogado

Agravado

Advogado

Proc:- 02890230729

Agravante

Advogado

Agravado

Advogado

Parecer 924/89 (II VOLUMES)

Fazenda Publica do Est de Sao Paulo

Regina Valeria S M Oliveira

Perolina Bispo

Ennio Pizzolato

Hospital Maternidade Sao Marcos Ltda

Lais Ap Zarájczyk Pindanga

Parecer 40/90 (II VOLUMES)

Neide Ermelinda Fernandes

Paulo Cornacchioni

Waiswol & Waiswol Ltda

Ricardo Jose Branco

Parecer 41/90

Wagner Victorino

Jurandyr Moraes Tourices

Comind Participações S/A

Nelson Esteves Sampaio

Parecer 42/90 (II VOLUMES)

Cia Municipal de Transportes Coletivos

Vera Lucia Fontes P Marques

Francisco Serralvo Reina

Marcos Schwartzman

Parecer 71/90 (III VOLUMES)

Soc Beneficencia Hospital Humberto I

Vicente Eduardo Gomes Roig

Roland Veras Saldanha

Antonio Bitincof

Parecer 50/90 (II VOLUMES)

Banco Itau S/A

Gilma Marcia Martins C de Araujo

Ademar da Silva Machado

Benedito Liberio Bergasmo

Parecer 175/90 (III VOLUMES)

Banco do Estado de Sao Paulo S/A

Joao Correa Pinheiro Filho

Wanda Aldana

Valter Uzzo

Parecer 176/90 (IV VOLUMES)

Fichetel & Sachs do Brasil S/A

Evadren Antonio Flaibam

Carlos Alberto Palomares

Marcos Schwartzman

Parecer 72/90 (III VOLUMES)

Cia Cervejaria Brahma

Fernao de Moraes Salles

Orozimbo Garcia

Carlos Roberto de O Caiana